

Remuneração docente: quatro olhares convergentes

Luiza Freire

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil

Resumo

Este artigo apresenta a análise de quatro produções acadêmicas de pesquisadores do grupo “Remuneração de Professores de Escolas Públicas da Educação Básica no Contexto do FUNDEF e do PSPN”. O objetivo principal deste estudo foi verificar a complexidade do conceito de remuneração docente nessas produções e qual foi o ponto de partida dos autores para trabalhar esse conceito. Com a metodologia fundamentada na Análise Crítica do Discurso pretende-se verificar nos discursos dos autores selecionados como se dão as relações entre o trabalho docente, as condições orientadas pelos fundos (FUNDEF, FUNDEB) e o impacto da implementação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) na remuneração docente.

Palavras-chave: Remuneração docente. Política educacional. FUNDEF. FUNDEB. Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

Teacher remuneration: four converging perspectives

Abstract

This article presents the analysis of four academic productions of researchers of the group “Remuneration of K-12 Public Schools Teachers within the context of FUNDEF and PSPN”. The main objective of this study was to investigate the complexity of the concept of teacher remuneration in these productions and which was the authors’ starting point for the development of this concept. With a methodology based on the Critical Discourse Analysis, this article aims to verify in the discourse of the selected authors how the relations between the teaching work, the conditions targeted by the funds (FUNDEF [Fund for Maintenance and Development of the Elementary Education and Teachers Appreciation], FUNDEB [Fund for Maintenance and Development of K-12 Education and for Teachers Appreciation]), and the impact of the implementation of the National Minimum Wage (PSPN) are intertwined with the teacher remuneration.

Keywords: Teacher remuneration. Educational policy. Funds (FUNDEF, FUNDEB). Teachers National Minimum Wage (PSPN).

Olhares distintos para um ponto convergente

Esta pesquisa de teor qualitativo e exploratório foi gerada a partir da demanda da autora em contextualizar como a *remuneração docente* é tratada nas produções acadêmicas atuais, no campo do financiamento educacional, e objetiva uma possível aproximação da concepção mais homogênea sobre esse tema. Este exercício tornou-se uma ramificação de pesquisa da autora que, nos últimos anos, optou por verificar a produção dos discursos em política educacional através da percepção de como os discursos em política educacional são construídos, quem são os atores sociais e como esses discursos interferem na realidade dos atores envolvidos na realidade social.

Para este trabalho foram selecionados artigos que dialoguem e tenham como objeto a remuneração docente aliados ao debate acerca do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento

do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)¹, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)² e/ou do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) e a relação destes itens com a remuneração dos docentes da educação básica no Brasil.

A apreciação destas publicações teve como objetivo geral traçar um panorama da produção sobre o tema nos últimos anos tomando como recorte os pontos apresentados anteriormente e apresentar as peças de um caleidoscópio amplo e abrangente, no qual os pesquisadores do projeto “Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica no contexto do FUNDEB e do PSPN (Fase 2 – 2013/2017)”³ tem se debruçado na tentativa de compreender a remuneração docente como tema emergente na pauta das políticas educacionais brasileiras.

Uma das tentativas desse grupo é compreender algumas dimensões desse tema tendo como base a fase anterior⁴ da pesquisa e como as políticas educacionais para o campo são delineadas e criadas visando os profissionais docentes. Dentre as dimensões pesquisadas por esse grupo estão os dados educacionais, orçamentários, a dimensão dos planos de carreira, cargos e remuneração e dos vencimentos. Elementos que por si já revelam a complexidade de pesquisar esse campo permeado por disputas, com discursos estabelecidos no plano político, histórico e social da remuneração docente no país.

Para realizar esta pesquisa foi necessário selecionar indexadores ou a palavra-chave remuneração docente para restringir aos artigos que possuíam no mínimo esta denominação em seu conteúdo. Neste momento é profícuo indicar qual o conceito de remuneração indicado no artigo desses autores e que subsidia uma busca por diminutas imprecisões, especialmente no campo da política educacional e do financiamento da educação. Essa concepção servirá de base para as análises delineadas neste trabalho. A opção pelo termo *remuneração docente* pode parecer repetitiva no decorrer do texto, contudo tem a função de apontar o lugar onde as análises deste trabalho serão ancoradas, ou seja, analisar a remuneração dos professores da educação básica e não de outros profissionais da escola, nem de outros profissionais de outras áreas. Quando da utilização somente do termo remuneração há o objetivo de indicar o

[...] montante de dinheiro e/ou bens pagos pelo serviço prestado, incluindo valores pagos por terceiros. A remuneração é a soma dos benefícios financeiros, dentre eles o salário,

¹ O FUNDEF foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto n.º 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental (BRASIL; MEC, 2014).

² O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), foi instituído por meio da Emenda Constitucional n. 53/2006, regulamentado pela Lei n. 11.494/2007. E, a Lei n. 11.738/2008, instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) (BRASIL, 2006; 2007; 2008a).

³ A autora está vinculada à pesquisa como bolsista de doutorado e a pesquisa é financiada pelo Observatório da Educação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

⁴ A fase um (1) do projeto foi denominada *Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas*, financiada pela CAPES, conforme edital nº 001/2008 CAPES/INEP/SECAD – Observatório da Educação. A pesquisa teve como objetivo analisar as configurações, os impactos, os impasses e as perspectivas decorrentes da implantação do Fundef, do Fundeb e do Piso Salarial Profissional Nacional na estrutura de remuneração dos professores da educação básica, tomando como referência uma amostra por conveniência de 12 estados brasileiros e suas respectivas capitais, no período de 1996 a 2010.

acordada por um contrato assinado entre empregado e empregador (CAMARGO et al., 2009, p. 342).

Após a busca, realizou-se uma leitura prévia dos resumos para excluir os artigos que não possuísem relação com a demanda deste artigo, ou seja, analisar textos produzidos pelos pesquisadores do projeto sobre remuneração no contexto do FUNDEF, FUNDEB e do PSPN. Do pacote de artigos foram selecionadas quatro produções geradas por integrantes da pesquisa “Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica no contexto do FUNDEB e do PSPN”. Neste grupo é possível notar a preocupação em definir parâmetros mais consistentes e objetivos acerca da remuneração docente e das políticas públicas orientadas à esta fatia do financiamento da educação. Assim o título “Olhares distintos para um ponto convergente” é uma analogia sobre a construção de uma concepção mais completa e que se dá de forma coletiva.

Compreender a remuneração hoje no Brasil é como deparar-se com um caleidoscópio de imagem incompletas e/ou fragmentadas que se entrelaçam na tentativa de compor uma unidade conceitual e política. Alguns olhares permitem perceber a remuneração no plano do impacto no cotidiano escolar, outros optam por olhar a remuneração da perspectiva do impacto que ela proporciona nos padrões de financiamento e, por fim, existem olhares que propõem uma relação muito direta da remuneração com a qualidade do ensino e das condições materiais e sociais da escola.

Um dos entraves na discussão sobre remuneração docente é o equívoco ou a insuficiência conceitual do próprio termo. Dos textos selecionados, apenas o realizado por Camargo et al. (2009) esboça uma preocupação em conceituar os termos remuneração, salário e vencimentos por considerar o uso destes termos nas publicações da área polissêmicos e imprecisos.

Ainda no texto destes autores é possível verificar uma busca por compreender os novos parâmetros do financiamento tendo como base as mudanças geradas pelo PSPN que produziram uma revisão no debate sobre remuneração no País. Para gerar a pesquisa os autores cruzaram os indicadores do FUNDEF com outros indicadores de remuneração nacionais nas redes estaduais. Um dos achados importantes de pesquisa neste artigo é a reconfiguração da composição salarial com indicadores acima da inflação no período. Outra informação relevante é que, apesar dessa reconfiguração, naquele momento ainda o piso nacional não era contemplado na maioria dos estados pesquisados, produzindo entraves ao desenvolvimento potencial da política de remuneração como unidade no território nacional e acentuando as desigualdades entre as regiões.

Um dos fatores importantes apontados pelos autores é a dificuldade de mobilização da classe dos docentes pelas condições precárias de trabalho. Tal fato dificulta a implementação de políticas remunerativas mais condignas por ocorrer uma mobilização insuficiente em prol de mudanças neste campo. Nesse sentido, os autores concluem o artigo esboçando a dificuldade em apresentar respostas imediatas à questão da remuneração tendo como base o cruzamento dos dados propostos. Outra questão significativa é o entrave às análises proporcionadas pela ampla variação entre os estados do valor-aluno do FUNDEF, no período elegido pela pesquisa (CAMARGO et al., 2009, p. 356). O texto aponta para uma busca mais aprofundada e contínua de respostas à questão da remuneração docente. Baseado nestas

conclusões, é possível pensar na remuneração como uma das principais características para a valorização do trabalho docente.

Passados quatro anos da publicação do artigo anterior, Fernandes (2013) busca responder algumas questões acerca da remuneração tendo como ponto de partida o olhar sobre o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN, 2008) e da implementação do FUNDEB. A proposta também era de avançar nas discussões sobre os impactos desses fundos na remuneração dos docentes da educação básica e na perspectiva de analisar a remuneração condigna como fator de valorização docente e verificar o quão efetiva é a coordenação do pacto federativo no Brasil como indutor das políticas educacionais. A autora abordou as principais ementas até a implementação das leis norteadoras das atuais políticas de financiamento da educação.

Um ponto importante a se destacar desse artigo é a preocupação com o pacto federativo e a aplicação dos recursos entre as esferas de poder que, de certa forma, impossibilita avanços e cria entraves entre estas esferas, como menciona a autora em análise aos textos do caput da lei nacional. Pensando na natureza dos fundos contábeis e sua distribuição assegura que

[...] como a conta do fundo é de natureza estadual, naqueles estados e nos municípios sob sua jurisdição, cuja receita de impostos é insuficiente para alcançar o valor do custo aluno/ano mínimo, a funções supletiva, complementar e redistributiva da União entrariam como equalizador desta condição (FERNANDES, 2013, p. 1098).

A insuficiência do pacote federativo tem relação estrita com as dificuldades do próprio movimento de colaboração entre as esferas de poder. União, estados e municípios determinam se a lei do piso será implementada ou não, dado os seus orçamentos. A dificuldade de aplicação do piso é muito evidente quando deparados com a gestão dos recursos em mais de 5500 municípios autônomos e que estes municípios ainda se encontram nas esferas federal e estadual na resolução destes envios de verbas oriundas da instituição do PSPN ou do FUNDEB. Esses elementos complicadores só evidenciam as lacunas na figura do caleidoscópio, em certos momentos e locais com imagens mais definidas em contraposição a outros locais repletos de lacunas e imagens que não se encaixam, não se uniformizam.

Ainda no artigo de Fernandes (2013) é possível identificar uma preocupação em esmiuçar a questão do regime de colaboração como meio de compreender a aplicação dos fundos no financiamento da educação, especialmente, do FUNDEB. A autora explicita neste trecho a dualidade entre centralização e descentralização e as dificuldades práticas que estes processos demandam à valorização docente, logo, à remuneração

[...] é decorrente desse processo a contraditória e tensa construção histórica do binômio centralização versus descentralização no âmbito da política educacional, quando se transfere as ações de uma esfera federativa para outra [...] (FERNANDES, 2013, p. 1103).

Um achado importante do artigo situa-se na afirmação que o FUNDEB e o PSPN possibilitam uma coordenação federativa, uma tentativa de dar efetividade e unidade à distribuição dos recursos para a valorização docente, todavia, a materialização desses dispositivos de modo colaborativo ainda se encontra truncada no país. É sabido que sessenta por cento (60%) do montante de recursos disponibilizados pelo FUNDEF e pelo FUNDEB devem ser destinados à valorização docente e que o avanço com a implementação da lei do

piso é que antes não havia referência sobre este investimento. E, dada a situação precária de alguns municípios, a instituição do piso foi um avanço significativo nestes locais que possuem ou possuíam dificuldades em levantar os valores estabelecidos pela lei.

Em contrapartida, os outros dois artigos selecionados, ambos submetidos no mesmo ano, de Gouveia e Souza (2011) e o artigo de Alves e Pinto (2011) buscam interpretar a remuneração docente sob o prisma do trabalho docente. Cada um utiliza bases de dados distintas, contudo, que materializam a situação das políticas educacionais do momento da submissão dos artigos e que tem efeitos diretos sobre a remuneração. Na produção de Gouveia e Souza (2011), é apresentada uma leitura das políticas educacionais sobre o trabalho docente e os possíveis impactos das políticas nesse âmbito. Os autores utilizam como base para coleta de dados os microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Censo Escolar (2009), centralizando-se nas condições salariais dos profissionais docentes.

Os autores apresentam um trabalho refinado de coleta e análise dos dados e propõem que as políticas para este campo não têm efeito isoladamente, uma vez que, uma série de elementos é posta à prova na realização de um direito, no caso, o direito a um pagamento digno aos docentes

[...] mas tem nela interferência, seja pelas intervenções que o *policy maker* pode ou não fazer, considerando quem são os docentes; seja pela conquista de direitos por esses profissionais; seja ainda pela relação mais direta, decorrente do fato que são os docentes, no limite, os garantidores (ou não) de que qualquer política educacional chegue efetivamente até as salas de aula e demais espaços educativos (GOUVEIA; SOUZA, 2011, p. 02).

Esse é um texto que se concentra no estudo dos dados referentes às fontes selecionadas (SAEB e Censo Escolar), mas apresenta um panorama completo sobre as políticas de fundos instituídas no Brasil em mais de quinze anos e que impactam nas condições do trabalho docente. Indicam as mudanças referentes a estas políticas e proporcionadas e/ou geridas pela instituição do Piso Salarial Profissional Nacional e das Diretrizes Nacionais para a Carreira do Magistério. Os autores apresentam brevemente a preocupação com a não atratividade da carreira e a busca por outros incrementos à remuneração em outras profissões, que é uma questão também indicada no texto de Alves e Pinto (2011) quando cotejam os salários dos professores às outras profissões no Brasil.

Ainda no texto de Gouveia e Souza é apresentado um panorama do perfil docente cruzados ao perfil de formação, à demanda e à oferta de trabalho docente nas escolas públicas. Os autores concluem que é necessário ampliar a oferta de postos de trabalho na educação básica para suprir a demanda existente e que isso só se dará através de um incremento e valorização das médias salariais. Apontam que

[...] A necessidade de expansão da oferta na educação básica e a necessidade de renovação natural dos quadros que se aposentam, fazem da questão do recrutamento, uma constante na política educacional (GOUVEIA; SOUZA, 2011, p. 14).

Os autores concluem, finalmente, que as reformas educacionais permitem em partes garantir a permanência do docente no quadro do magistério público e na ativa por mais tempo, um desafio para a consolidação das políticas de valorização docente.

Por fim, no texto denominado “*Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: Um aporte*” de Alves e Pinto (2011), os autores descrevem algumas características do trabalho docente e fazem um movimento peculiar de comparação destes dados à de outros profissionais com o mesmo nível de formação. Para essa tarefa os autores se debruçaram sobre os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Censo Escolar (2009).

Os dados da pesquisa apontaram para a insuficiência da formação dos quadros docentes no ensino superior, especialmente dos professores do ensino fundamental e da educação infantil e chamam a atenção para os desafios relativos à esta formação, que impactam diretamente na remuneração e nas condições de trabalho docente. O texto apresenta uma abordagem de quatro aspectos fundamentais para a compreensão das políticas educacionais, são elas a descrição das características do trabalho docente, tais como

[...] formação, jornada e atratividade da carreira docente, mas dará ao aspecto da remuneração um foco maior, a fim de comparar a remuneração dos professores à de outros profissionais com nível de formação equivalente (ALVES; PINTO, 2011, p. 608-609).

Os autores apontam que a discussão acerca da remuneração e das condições do trabalho docente foram delegadas durante muito tempo à um caráter puramente ideológico (ALVES; PINTO, 2011, p. 609) e que é necessário trazê-las para o campo das discussões objetivas e analíticas, dada a lógica capitalista e a reconfiguração do trabalho na atualidade.

Assim como no texto de Gouveia e Souza, os autores produzem uma apurada e refinada coleta de dados, de modo a configurar o perfil do docente da educação básica e a sua formação, cotejando os dados coletados nas duas bases de dados indicadas anteriormente e dando corpo à esta parcela, que é composta pelos profissionais das escolas. Nesse artigo é possível perceber a materialidade da remuneração docente tendo em vista o perfil traçado e coletado através dos bancos padronizados nacionais. Os autores concluem que

[...] os resultados discutidos com base na análise dos dados do Censo Escolar e da PNAD do ano de 2009 revelam que boa parte dos professores brasileiros tem a docência como atividade principal e fonte de sustento, trabalha basicamente em redes públicas e auferir rendimentos que estão abaixo daquele obtido por profissionais com nível de formação equivalente (ALVES; PINTO, 2011, p. 632).

Outro desafio que tem relação direta com a possibilidade de manter os profissionais da educação na carreira e que seja possível estabilizar os rendimentos destes profissionais como outras carreiras com o mesmo patamar de formação, garantindo um mínimo de atratividade à profissão e, por consequência, um incremento na qualidade no interior das escolas.

Através do contexto desses quatro artigos, que se prestaram a analisar a remuneração docente em alguns dos seus mais variados prismas, é possível constatar que há uma convergência de discursos sobre as características do trabalho docente na dependência pública e da necessidade de incrementos que visem à valorização dos docentes. A questão da remuneração é uma das fatias mais importantes desse processo, mas não é o único elemento que caracteriza uma condição valorativa do trabalho docente e da escola no sentido mais amplo.

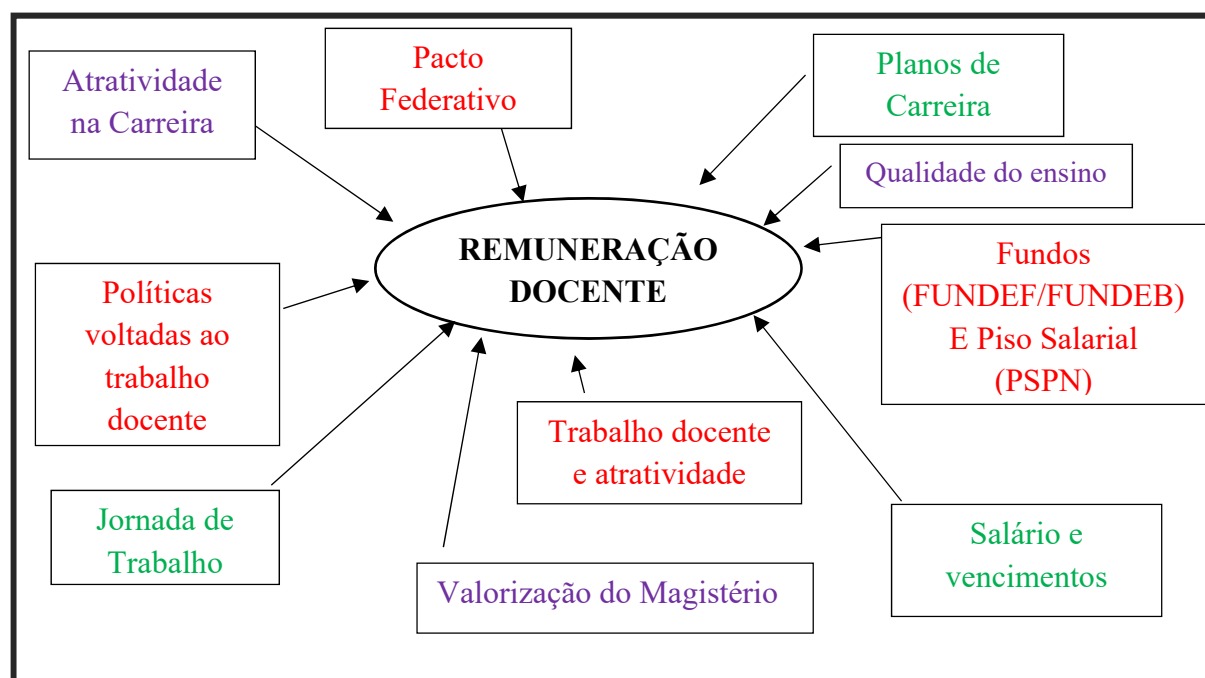
Com os constantes avanços políticos em prol da valorização por meio da remuneração dos docentes é possível verificar nesses artigos analisados os discursos que atendem as

circunstâncias nas quais as políticas foram pensadas, implementadas e implantadas nos estados e municípios analisados pelo grupo que analisa a remuneração. De certa forma, essas produções atendem ao papel da esfera da comunicação científica no conjunto da vida social; em todos os textos é possível verificar que a relação entre o conteúdo, no caso a política educacional, e o objeto de análise, a remuneração docente, estão estabelecidos através de uma forma, ordem e coerência por meio de uma linguagem comum, própria do campo de pesquisa em financiamento da educação, entretanto, tem relação estrita com a realidade social e os impactos dessas políticas na educação.

Para Carvalho (2012, p. 3), analisando os discursos em educação pela vertente foucaultiana, os discursos operam como uma espécie de 'governo do leitor', ou seja, neste caso os artigos, como artefatos culturais, geram a atuação dos profissionais do ramo. Desse modo, os textos analisados apresentam regularidades ao campo que pertencem e contribuem para um olhar menos difuso acerca da remuneração docente, são os discursos acadêmicos que assumem forma, ordem e coerência no contexto de pesquisa no qual se inserem.

De modo a demonstrar como o efeito caleidoscópico⁵ pode ser percebido concretamente através dos discursos elegidos pelos autores, um quadro foi esboçado para a visualização da complexidade que a remuneração docente traz às ações tanto das pesquisas acadêmicas, quanto da escola e dos profissionais docentes em formação. No quadro abaixo, o esboço dos elementos analíticos que compõem a remuneração docente e outros elementos não mencionados nos textos, mas que, de certo modo, confluem para a formação do conceito sobre a remuneração docente.

Quadro 1 – Elementos da Remuneração Docente



Fonte: elaborado pela autora.

⁵ Esta expressão não tem relação com o conceito de *efeito caleidoscópico* da escola austríaca de economia de Ludwig Lachmann (1906-1990). O termo foi utilizado nesta pesquisa de modo a apresentar a complexidade de imagens que os elementos da discussão sobre remuneração trazem ao contexto das políticas educacionais.

Neste quadro, é possível observar alguns dos componentes da remuneração docente. Os elementos na cor vermelha são os apresentados e pesquisados nos textos selecionados para este trabalho. Os elementos na cor verde indicam outras categorias presentes nesses mesmos artigos, porém explorados ou mencionados de forma tangencial ou secundária pelos autores e que se configuram com elementos presentes nas pesquisas em políticas educacionais sobre o tema remuneração docente na última década (FREIRE, 2015). Esse quadro é uma aproximação de uma possível imagem de contexto caleidoscópico, porém carece de outros elementos que dariam uniformidade à figura. Representa uma tentativa de apreender o movimento da remuneração docente, pois os elementos desta figura podem ser analisados de forma unitária, mas se entrecruzam e aparecem com mais ou menos frequência nas quatro pesquisas selecionadas, criando este movimento agrupado.

No artigo de Camargo et al. (2009), os autores apontam para essa confluência de temas quando expõem o trato das pesquisas sobre a remuneração e as diversas possibilidades de debater o objeto. Uma das possibilidades é compreender a influência dos Fundos na composição da remuneração docente, como afirmam os autores

[...] outra possível chave interpretativa sobre remuneração docente se encontra na discussão atinente à avaliação do padrão de financiamento da educação no Brasil a partir da política de fundos (CAMARGO et al., 2009, p. 347).

É preciso atentar que essas produções não são a única expressão das pesquisas na área, porém são convergentes no trato com a complexidade de elementos e questões a serem consideradas nos estudos sobre remuneração docente. No contexto das lacunas, é possível verificar temas que são latentes nessas análises, porém pouco explorados e que, de certa forma, constituem os vácuos na figura da remuneração docente. Uma delas, apresentada no quadro 1 com as figuras na cor roxa, é a questão remuneração docente *versus* a qualidade (VERHINE, 2006; SOUZA, 2014) ou a atratividade e a carreira mencionada na figura. Esse aspecto contempla um dos pontos complexos no caleidoscópico da remuneração, pois ainda não há um consenso da relação direta entre incentivos remunerativos e a melhoria da qualidade do trabalho do docente na escola, ou que a melhoria das condições materiais seja determinante ao rendimento dos alunos dada a motivação do docente pela carreira. Questões em debate na pauta das políticas educacionais que configuram o grande hiato na compreensão do conceito de remuneração docente, que inclua tanto a análise das questões materiais e financeiras como das questões subjetivas inerentes ao trabalho docente.

Considerações finais

Como síntese final é possível verificar que os discursos dos quatro artigos selecionados estão coerentes com as produções da área do financiamento e são convergentes nas análises sobre a remuneração docente. Convergem e dialogam entre si, mesmo em tempos diferentes e partindo de elementos distintos para compreender o contexto da remuneração docente no Brasil na atualidade. Apesar de trabalharem com dados coletados em fontes distintas e discussões que margeiam sob vários prismas e elementos diversos da composição de remuneração, como dito anteriormente, é possível afirmar que essas produções apreciam que tanto os fundos quanto o PSPN são mecanismos de redistribuição financeira impactantes nas mudanças dos planos de carreira e na configuração da remuneração.

Verificou-se que os autores convergem na busca por um conceito mais uniforme e menos difuso sobre a remuneração docente. É uma tentativa e, mais, uma demanda muito atual de sanar as lacunas presentes no olhar sobre a remuneração de modo a contribuir para um contexto mais justo e politicamente estável para os docentes da educação básica. A conclusão da leitura integral dos artigos aponta para um horizonte complexo, todavia mais favorável, historicamente, à remuneração docente, do que em outros tempos e, por consequência, aos planos de carreira. Hoje o que é pago, em montantes reais, seja pelo piso seja pelo incremento do FUNDEB, aos profissionais da educação, está aquém de um patamar ideal que contemple todas as demandas necessárias ao bom desempenho na profissão e para a subsistência dos indivíduos que ingressam nessa carreira. Partindo da microinstância, que seria o rendimento proveniente do labor, até chegarmos à macroinstância, que seria a elevação da qualidade nas escolas com a ampliação da remuneração docente, ainda é preciso percorrer um caminho repleto de entraves tanto políticos quanto econômicos e sociais.

Se metaforicamente a remuneração docente é um caleidoscópio, o que temos no momento do girar o cilindro é um contexto de imagens interessantes, complexas e de cores, tons e nuances variadas, entretanto, que ainda carecem de elementos ou peças que conceituem e especialmente completem e deem unidade à diversidade nas formas apresentadas a cada girar dos espelhos. Um caminho longo e sinuoso no campo do financiamento, logo, das políticas educacionais.

Referências

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, Unicamp, v. 41, n. 143, p. 606-639, maio/ago. 2011.

BRASIL. Lei nº 9.424 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n. 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 01 jun. 2014.

BRASIL. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Piso Salarial profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2008a. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm>. Acesso em: 01 jun. 2014.

CAMARGO, Rubens Barbosa et al. Financiamento da educação e remuneração docente: um começo de conversa em tempos de piso salarial. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 341-363, maio/ago. 2009.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. A generificação da docência na educação infantil: problematizando discursos presentes em livros de formação de professores. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2012, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2012.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. A valorização dos profissionais da educação básica no contexto das relações federativas brasileiras. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1095-1111, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 01 maio 2014.

FREIRE, Luiza. Por que dizemos, o que dizemos e como dizemos? Os artigos sobre remuneração docente no Brasil (2005 – 2015). In: SEMANA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO, 17, 2015, Curitiba, UFPR. **Resumo...** Curitiba: UFPR, 2015.

GOUVEIA, A.B; SOUZA, A.R. Os trabalhadores docentes da educação básica no Brasil em uma leitura possível das políticas educacionais. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona State University, v. 19, n. 35, p. 1-19, 2011. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/860>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

SOUZA, Jéssica Ignácio de. **Política de remuneração e carreira dos professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina (2011-2014)**: a parcialidade na implementação do piso nacional e a (des)valorização docente. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VERHINE, Roberto E. **Custo-aluno-qualidade em escolas de educação básica**. Brasília: INEP/MEC, 2006.

Luiza Freire é Pedagoga pela Universidade Federal do Paraná (2005), mestre (2009) e doutoranda pela UFPR. Bolsista de pesquisa no projeto “Remuneração de Professores de Escolas Públicas da Educação Básica no Contexto do FUNDEB e do PSPN” (Fase 2 – 2013/2017). A pesquisa é financiada pelo Observatório da Educação através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientador: Profº Dr. Marcos Edgar Bassi.

E-mail: profelufreire@yahoo.com.br

Recebido em 10 de junho de 2015

Aprovado em 29 de novembro de 2015

Editores do volume 5

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil
 Nalú Farenzena – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

Comitê Editorial

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, Brasil
 Juca Gil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
 Theresa Adrião – Universidade Estadual de Campinas, Brasil
 Ângelo Ricardo de Souza – Universidade Federal do Paraná, Brasil
 Márcia Aparecida Jacomini – Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Alejandro Morduchowicz Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina	Maria Dilnéia Espíndola Fernandes Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Fernanda Saforcada Universidade de Buenos Aires, Argentina	Nalú Farenzena Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Jacques Velloso Universidade de Brasília, Brasil	Nelson Cardoso do Amaral Universidade Federal de Goiás, Brasil
João Monlevade Senado Federal, Brasil	Nicholas Davies Universidade Federal Fluminense, Brasil
Jorge Abrahão de Castro Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil	Rosana Evangelista Cruz Universidade Federal do Piauí, Brasil
Juca Gil Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	Rosana Gemaque Universidade Federal do Pará, Brasil
Lisete Regina Gomes Arelaro Universidade de São Paulo, Brasil	Robert E. Verhine Universidade Federal da Bahia, Brasil
Luis Carlos Sales Universidade Federal do Piauí, Brasil	Romualdo Portela de Oliveira Universidade de São Paulo, Brasil
Luiz de Sousa Junior Universidade Federal da Paraíba, Brasil	Theresa Adrião Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Luiz Fernandes Dourado Universidade Federal de Goiás, Brasil	Tristan McCowan University of London, Reino Unido
Magna França Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil	Vera Jacob Universidade Federal do Pará, Brasil
Maria Beatriz Luce Universidade Federal do Pampa, Brasil Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	Vera Peroni Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Marcos Edgar Bassi Universidade Federal do Paraná, Brasil	Vitor Henrique Paro Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe editorial

Projeto gráfico: Tiago Tavares
 Diagramação, Revisão de português e normalização: Edson Leonel de Oliveira
 Revisão de inglês: Ananyr Porto Fajardo